

# A ATUAÇÃO DA LINGUÍSTICA NO CENÁRIO EDUCACIONAL: REPENSANDO A FORMAÇÃO DO LINGUISTA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

*Quezia dos Santos Lopes Oliveira*

OLIVEIRA, Quezia S.L. A atuação do linguista no cenário educacional: representando a formação do linguista nas universidades brasileiras, *Linguística Rio*, vol.3, n.1, maio de 2017.

ISSN: 2358-6826

## Informações do autor

Quezia Lopes de Oliveira  
Doutoranda na UFRJ  
Contato: quezialopes@gmail.com

## Outras informações

Enviado: 19 de fevereiro de 2017  
Aceito: 17 de março de 2017  
Online: 02 de junho de 2017

**RESUMO:** Neste artigo, discutimos as possíveis contribuições que a formação em linguística pode oferecer ao ensino básico, sobretudo ao professor de língua portuguesa. Problematicamos o preparo desse profissional pelas universidades e apontamos os desafios da Linguística para robustecer os cursos de licenciatura. Para isso, fizemos um levantamento dos dados da educação no Brasil, que revelam as reivindicações desse setor, traçamos o perfil do profissional que sai das universidades e as deficiências em sua formação que precisam ser reparadas para atender àquelas reivindicações. Por fim, refletimos sobre como a Linguística tem se apresentado nesse panorama, traçando quais poderiam ser os próximos passos dessa ciência na superação de seus desafios

**Palavras-chave:** Linguística; Ensino; Formação e atuação do linguista no Brasil.

## Introdução

A linguística moderna é uma ciência relativamente recente quando comparada a outras áreas de investigação, tendo seu marco inicial com a publicação da obra *Póstuma* de Ferdinand de Saussure no início do século XX. Apesar disso, o interesse pela linguagem sempre acompanhou as indagações filosóficas do homem na busca por entender melhor o que marca e diferencia sua espécie, como percebemos na obra *“Crátilo”*, de Platão (428 a.C.- 348 a.C.). Muitas dessas discussões, num processo dialético, se faziam entre mestres e discípulos, e ajudaram a lançar as bases dos estudos que são realizados atualmente sobre linguagem.

É importante destacarmos que, embora a linguagem seja um tema antigo e central, seus estudos na Linguística ainda estão em fase inicial de alcance perto do potencial que representam. No Brasil, sua abrangência se percebe mais no meio acadêmico-científico, e menos em questões práticas da sociedade, como na educação.

Tal fato é preocupante diante das necessidades que esse setor demanda. Basta observarmos os baixos resultados de exames nacionais e internacionais de educação e a alta evasão escolar, que revelam um cenário caótico e alarmante para a educação

brasileira, como mostraremos mais adiante. Em contrapartida, em muitas instituições de ensino superior, as pesquisas linguísticas parecem ir numa direção contrária, tratando as questões do ensino como um estudo de menor importância. Isso é notório quando observamos a ausência de uma “cadeira” sobre linguística e ensino na maioria das universidades brasileiras, a baixa oferta de disciplinas que façam esse diálogo, o número inferior de pesquisas voltadas para essa temática e o congelamento dos métodos de ensino, que pouco acompanham os avanços obtidos pela linguística. O reflexo disso é sentido na falência do sistema educacional, e, conseqüentemente, na pouca procura para os cursos nessa área, no preconceito sobre os cursos de licenciatura e na desvalorização dos profissionais de educação.

Salientamos, porém, que não queremos de modo algum generalizar essas considerações e desmerecer o trabalho que é realizado por grupos de linguistas que já se atentaram para isso. Queremos apenas apontar a fragilidade da ponte que liga teoria e prática na formação linguística brasileira, especificamente na relação linguística e ensino de língua materna.

### **1. O cenário educacional brasileiro**

Como já apontado anteriormente, é grande a demanda da educação básica por soluções que possam converter o déficit que ela tem enfrentado nos últimos tempos. No ensino de língua materna especificamente, notamos os persistentes casos de analfabetismo funcional e de problemas de letramento entre os alunos, mesmo após 12 anos (contados o ensino fundamental e médio) de formação em língua portuguesa, o que mostra que, além de outros fatores de ordem externa, não se tem trabalhado adequadamente a língua com eles, de modo a desenvolver a competência linguística/comunicativa dos mesmos.

Isso fica claro quando analisamos os números de analfabetismo funcional no Brasil, conforme evidenciado na tabela abaixo.

**Tabela 1-** níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por escolaridade

Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por escolaridade									
Níveis		Até Ensino Fundamental I		Ensino Fundamental II		Ensino Médio		Ensino Superior	
		2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
<b>BASES</b>		797	536	555	476	481	701	167	289
Analfabeto		30%	21%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Rudimentar		44%	44%	26%	25%	10%	8%	2%	4%
Básico		22%	32%	51%	59%	42%	57%	21%	34%
Pleno		5%	3%	22%	15%	49%	35%	76%	62%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	73%	65%	27%	26%	10%	8%	2%	4%
Básico e Pleno	Funcionalmente alfabetizados	27%	35%	73%	74%	90%	92%	98%	96%

Fonte: Inaf Brasil 2001- 2002 e 2011(adaptada pela autora)

Nessa tabela, notamos que o aumento do tempo de escolaridade não é acompanhado da melhora significativa (satisfatória) da qualidade desse ensino, como aponta o próprio texto do Inaf Brasil (2011):

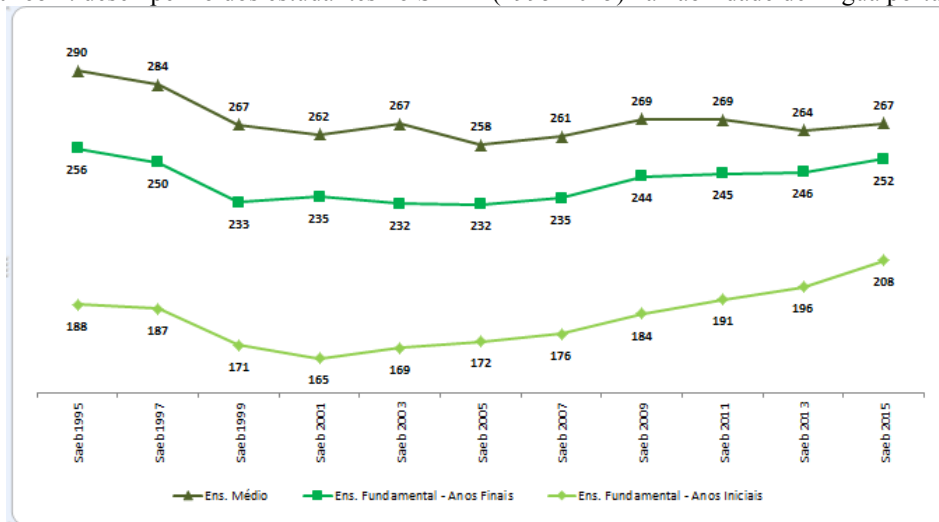
Em síntese, os dados do Inaf mostram que o esforço despendido pelos governos e também pela população de se manter por mais tempo na escola básica e buscar o ensino superior não resulta nos ganhos de aprendizagem esperados. Novos estratos sociais chegam às etapas educacionais mais elevadas, mas provavelmente não gozam de condições adequadas para alcançarem os níveis mais altos de alfabetismo, que eram garantidos quando esse nível de ensino era mais elitizado. A busca de uma nova qualidade para a educação escolar em especial nos sistemas públicos de ensino deve ser concomitante ao esforço de ampliação de escala no atendimento para que a escola garanta efetivamente o direito à aprendizagem. (INAF Brasil, 2011, p.12)

O diagnóstico negativo do ensino de língua, e da educação num modo geral, também se confirma nos exames educacionais. No último resultado divulgado pelo Inep referente ao Programa internacional de avaliação de estudantes, o PISA<sup>1</sup>, foi constatado que o Brasil encontra-se 80 pontos abaixo da média internacional na habilidade de leitura ,que é de 493 pontos, e ocupa a 59<sup>a</sup> posição nessa competência. Na avaliação nacional não foi diferente. O resultado da Prova Brasil 2015 (Sabe- Sistema de

<sup>1</sup> Dados consultados do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571> Cf. referências bibliográficas.

avaliação básica) revelou uma queda nessa habilidade no quadro comparativo de 1995 a 2015, como demonstra o gráfico a seguir sobre a proficiência em Língua Portuguesa.

**Gráfico 1:** desempenho dos estudantes no SAEB (1995-2015) na habilidade de língua portuguesa



Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB/INEP<sup>2</sup>

No gráfico anterior, percebemos que, à exceção dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os demais níveis de ensino (anos finais e ensino médio) tiveram um decréscimo na proficiência de língua com o passar dos anos. Salienta-se, ainda, que, apesar de essa queda ser pouco significativa estatisticamente, os valores alcançados estão abaixo da expectativa desejada para esses alunos, o que torna qualquer decréscimo altamente preocupante.

Contraditoriamente, a Linguística tem avançado, mesmo que a pequenos passos, nas pesquisas que problematizam o trabalho com língua em sala de aula e mostra caminhos a serem seguidos na superação dos fracassos encontrados. Entre essas obras, destacamos os textos de Travaglia (2009): *Gramática e interação- Uma proposta para o ensino de gramática*, Possenti (1997): *Por que (não) ensinar gramática*, e Bortoni-Ricardo (2004): *A sociolinguística na sala de aula*, apenas para citar alguns. No entanto, vemos que o profissional que vai atuar diretamente com esses alunos parece não ter acesso a esse material ou não se instrumentalizar dele devidamente em sua prática de aula.

<sup>2</sup> Dados consultados do Portal MEC: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/inep-apresenta-resultados-da-prova-brasil-2015> Cf. mais informações nas referências bibliográficas desse trabalho.

Para Salomão (1997), os professores são marcados por esta cisão entre conhecer e saber fazer, o que tem seu cerne na formação desses profissionais, como veremos melhor mais adiante. Nas palavras da autora:

Intenso fogo de barragem (na forma de reformas curriculares, produção bibliográfica especializada, oferta de “cursos de reciclagem e treinamento”) conseguiu gerar uma aguda má-consciência entre os professores de Português. Necessário é destacar, entretanto, que desestabilização nem sempre rima com eliminação: mesmo desestabilizados, muitos professores (talvez a maioria) persistem ensinando gramática porque não sabem outro jeito; e o pior: fazem-no, convencidos de que estão errados! (SALOMÃO, 1997, p.145)

Esses baixos rendimentos dos alunos em língua portuguesa se reforçam no próprio discurso da população, que assume não dominar essa disciplina, não gostar dela ou achá-la muito difícil. Essas questões foram tema de discussão no livro *Preconceito linguístico*, de Marcos Bagno (1999). Na obra, o autor lista um conjunto de preconceitos que formam o imaginário popular sobre a língua falada no Brasil e sobre suas variedades. Entre esses preconceitos apontados por ele, estão os três seguintes: **“Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português”**; **“Português é muito difícil”**; **“É preciso saber gramática para falar e escrever bem”**.

O primeiro desses três preconceitos citados reflete, na opinião do referido autor, um problema no ensino brasileiro, que se pauta num modelo de língua que não é usado aqui, mas em Portugal. Isso poderia ser evitado se o ensino de português acompanhasse as descobertas do meio linguístico, que já apontam para uma cisão entre o português europeu e o brasileiro. Bagno (1999; 2011), por exemplo, considera essas duas modalidades línguas independentes e não como variantes de uma mesma língua. Segundo este autor, um ensino pautado em uma norma que não é a daqui faz com que se crie a ilusão de que só os portugueses sabem o português. Ocorre que a proximidade da fala dos portugueses à norma padrão se dá porque tal norma foi construída com base no falar local, na norma culta dessa região. Tal fato não ocorreu com o Brasil. Temos uma norma construída a partir de um falar que não é o nosso.

O segundo preconceito que Bagno (1999) aponta é o de que as pessoas consideram o português uma língua difícil. Este preconceito se relaciona com o que vimos anteriormente. Ele é difundido por causa do distanciamento entre a língua que se usa aqui e a língua que se quer que se empregue de acordo com as gramáticas, que, como

vimos, não se construíram a partir da nossa realidade. Essa incoerência faz com que regras gramaticais prescritas pela gramática não façam o menor sentido para os brasileiros. Tal problema poderia ser evitado se os nossos professores e o nosso sistema educacional fossem cientes dessas questões e sensíveis a elas.

Um terceiro preconceito destacado por Bagno e que fazemos referência aqui é o de que é preciso saber gramática para ter competência na língua. Esse discurso falacioso, reproduzido em nossos próprios meios escolares, vai contra o que muitos trabalhos linguísticos apontam.

Possenti (1997), por exemplo, afirma que o ensino de gramática normativa como prática pedagógica apresenta muitos problemas e deve ser repensado em favor de um ensino significativo da língua. Travaglia (2009) também acredita que um ensino produtivo da língua, que leve o aluno ao desenvolvimento das habilidades linguísticas, só pode ser alcançado com um método não restritivo, substitutivo como temos com o ensino prescritivo, mas com um ensino que exponha o aluno a diversos usos da língua, dando-lhe ferramentas para ampliar e aprimorar sua competência comunicativa.

A linguística teria um grande papel nesse momento, pois, a partir de um trabalho descritivo e neutro da língua, forneceria o suporte necessário para que o professor trabalhasse o desenvolvimento dessa competência nos alunos, além de promover no professor a consciência e o respeito que deve haver pelas variedades e saberes que cada aluno já traz para a escola, não anulando sua identidade, mas tornando-o “poliglota na sua própria língua”<sup>3</sup>.

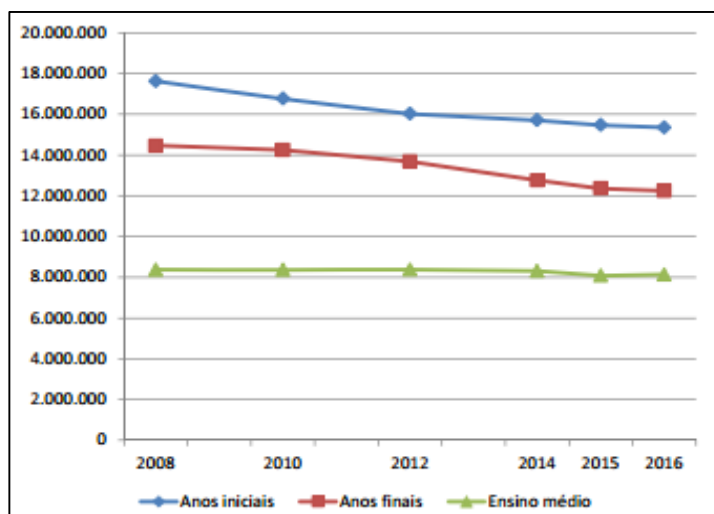
Além de notarmos o aumento dos problemas no ensino de língua no Brasil, percebemos outro agravante da situação educacional básica brasileira: a alta taxa de evasão escolar. Ressalta-se, neste ponto, que, além dos fatores sociais que justificam essa atitude, muitos desses alunos abandonam os estudos justamente por não os reconhecerem como significativos e/ou atrativos.

Os dados apresentados no último Censo da educação básica pelo Inep apontam uma redução no número de matrículas no ensino fundamental, o que coloca metas futuras para inclusão desses alunos na escola, em busca da tão almejada universalização do ensino no Brasil.

---

<sup>3</sup> Bechara (2000, p. 13).

**Gráfico 2.** Evolução do número de matrículas por etapa de ensino (anos iniciais, anos finais e ensino médio) - Brasil 2008-2016



Fonte: Censo escolar da educação básica 2016- Inep, 2017, p.20.

Nos dados apresentados acima, constatamos que, a exceção do ensino médio que teve um aumento sutil de 0,7% no número de matrículas de 2015 para 2016, ainda parece distante a meta de levar o ensino a toda a população, ou melhor, de trazer toda a população ao ensino, à escola, tendo em conta os sucessivos decréscimos na procura pela educação básica. Tal fato é preocupante, pois revela, ainda que indiretamente, um desinteresse pelo ensino ou uma descrença no papel da educação.

Essa pequena exposição do retrato da educação, sobretudo em língua portuguesa no Brasil, nos chama atenção para o perfil do profissional que atua e atuará nesse meio. Muitos desses profissionais se veem sem alternativa de mudança para suas práticas pedagógicas, com base na formação que receberam, e acabam por reproduzir o velho sistema falido, seja por ser o único conhecido por eles seja por ser o mais prático de ser aplicado, tendo em vista que alternativas não se apresentam de modo claro para serem postas em prática. É evidente, em meio a esse quadro alarmante, que é preciso repensar a formação universitária, de modo a contribuir para a melhoria das condições educacionais brasileiras. Nesse ponto, nos perguntamos de que maneira a Linguística pode dar, e tem dado, sua contribuição na formação desses profissionais.

## 2. Os profissionais de educação

Quando falamos dos profissionais de educação, é inevitável citarmos a desvalorização que marca essa profissão. Noticiários atuais divulgam quase todos os

dias a situação caótica que enfrentam os servidores de escolas públicas, principalmente as municipais e estaduais. Atraso de pagamentos, baixos salários, falta de materiais e péssima infraestrutura, além das demandas sociais e afetivas trazidas pelo público que frequenta essas escolas. A falta de apoio se estende também às redes privadas, que, num geral, oferecem baixos salários, dão pouca liberdade de trabalho (aplicação de métodos e conteúdos diferentes dos adotados pela instituição) e fazem muita cobrança aos profissionais, sobrecarregando o tempo de planejamento.

Essa desvalorização da educação fica evidente quando observamos o crescente desinteresse pelos cursos de licenciatura nas universidades, tanto na oferta quanto na procura, ou quando comparamos os pisos salariais dos profissionais com ensino superior e notamos em que posição os professores se encontram.

Em relação aos cursos superiores, os dados do último censo da educação superior divulgados pelo Inep mostram que os cursos tecnológicos e de bacharelado apresentaram um significativo aumento de oferta, enquanto os de licenciatura tiveram um comportamento irregular, revelando, na grande maioria dos anos, redução de sua oferta. Mostram também que os cursos de licenciatura foram os que apresentaram o menor aumento de matrículas no passar dos anos, comparados aos demais graus. Isso é o que revelam as tabelas 2 e 3 a seguir.

**Tabela 2:** número de oferta dos cursos de graduação por Grau acadêmico- Brasil 2010-2013

Ano	Total Geral	Grau Acadêmico		
		Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico
2010	29.507	16.586	7.922	4.999
2011	30.420	17.031	7.911	5.478
2012	31.866	17.703	8.194	5.969
2013	32.049	17.905	7.920	6.224

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep/Deed. (p.19) (adaptada pela autora)

**Tabela 3:** Evolução do número de matrículas de graduação, segundo o Grau acadêmico- Brasil 2010-2013.

Grau Acadêmico	2010	2011	2012	2013
Total	6.379.299	6.739.689	7.037.688	7.305.977
Bacharelado	4.226.717	4.495.831	4.703.693	4.912.310
Licenciatura	1.354.989	1.356.329	1.366.559	1.374.174
Tecnológico	781.609	870.534	944.904	995.746
Não aplicável <sup>1</sup>	15.984	16.995	22.532	23.747

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep (p.22) (adaptada pela autora)



As tabelas apresentadas mostram, respectivamente, oferta (vagas) e procura (matrícula) pelos cursos superiores no Brasil de 2010 a 2013. Revelam ainda que os que tiveram o menor perfil evolutivo foram os de licenciatura, o que confirma nossas considerações sobre o desinteresse pelo trabalho na área da educação no Brasil, devido a grande desvalorização desse setor.

Passando nossa análise para o perfil dos estudantes que ingressam para os cursos de licenciatura, constatamos que em sua maioria são pessoas de baixa renda e do gênero feminino, um público que é marcado pelo preconceito e pela luta de igualdade de direitos.

Na tabela abaixo, contata-se que a grande procura do público feminino é pelas profissões na área de educação e saúde/ bem- estar.

**Tabela 4:** Quantitativo de ingressos no curso superior por área de conhecimento, sexo e categoria administrativa<sup>4</sup>

Área Geral do Conhecimento	Total Geral			Categoria Administrativa					
				Pública			Privada		
	Total	% F	% M	Total	% F	% M	Total	% F	% M
Total Geral	2.742.950	56,1	43,9	531.846	51,4	48,6	2.211.104	57,2	42,8
Agricultura e Veterinária	56.957	47,8	52,2	29.088	48,5	51,5	27.869	47,1	52,9
Ciências Sociais, Negócios e Direito	1.133.115	56,9	43,1	117.224	52,8	47,2	1.015.891	57,4	42,6
Ciências, Matemática e Computação	177.229	29,8	70,2	58.945	32,5	67,5	118.284	28,5	71,5
Educação	468.747	71,2	28,8	152.397	59,9	40,1	316.350	76,6	23,4
Engenharia, Produção e Construção	402.978	31,9	68,1	81.176	34,9	65,1	321.802	31,1	68,9
Humanidades e Artes	65.359	55,3	44,7	17.232	55,2	44,8	48.127	55,3	44,7
Saúde e Bem-Estar Social	341.340	75,7	24,3	50.218	70,7	29,3	291.122	76,6	23,4
Serviços	83.550	59,8	40,2	12.242	55,3	44,7	71.308	60,5	39,5
Não aplicável <sup>1</sup>	13.675	49,1	50,9	13.324	48,8	51,2	351	61,8	38,2

Fonte: Censo de Educação superior. INEP/DEP- resumo técnico, 2013. (adaptado pela autora) (F= feminino; M= masculino)

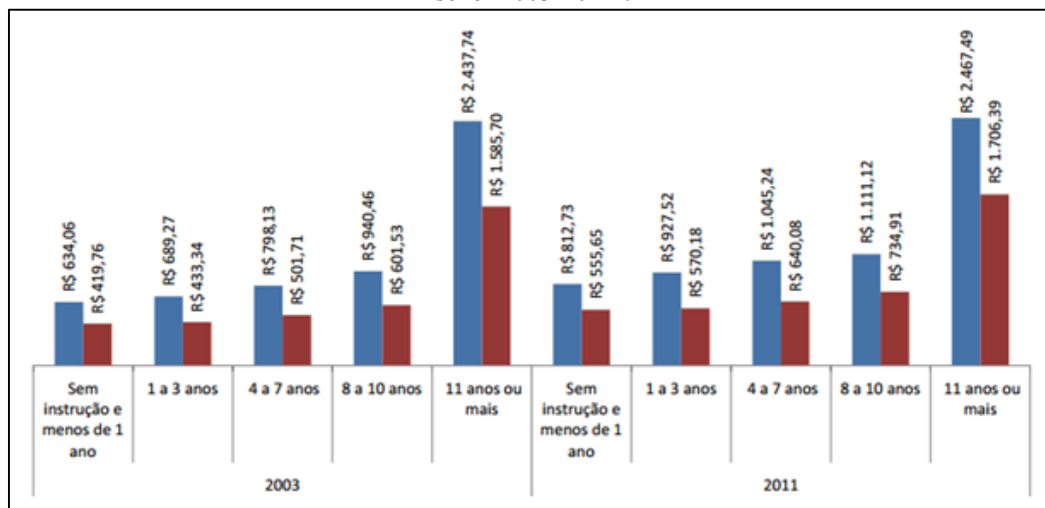
Esses dados revelam que a educação é composta predominantemente pelo público feminino, com 71,2 % na rede pública e 76,6% na rede privada.

Somado a esses dados, sabemos que, tradicionalmente, os cargos ocupados predominantemente por mulheres têm os menores salários e são tratados muitas vezes como atividades inferiores, conforme verificamos na tabela 5 abaixo. Tal fato pode

<sup>4</sup> Fonte: Resumo técnico- Censo da Educação superior, 2013, p.29.

ajudar a explicar a desvalorização que recai sobre a docência, uma profissão historicamente feminina.

**Gráfico 3:** Rendimento médio real habitual da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo- 2003-2011<sup>5</sup>.



Fonte: IBGE- PME, 2012.

Legenda: ■ - homens; ■ - mulheres

No gráfico anterior, verificamos que em todos os grupos de escolaridade a retribuição do trabalho feminino é inferior a do masculino. Percebemos também que quanto maior a escolaridade, maior a discrepância de reconhecimento entre esses dois grupos. Isso é o que ocorre na educação, sobretudo por ser um setor majoritariamente composto pelo público do gênero feminino. Frente a isso, é preciso, mais do que nunca, voltar a nossa atenção para o ensino e não tratar a pesquisa como superior a ele ou dissociada de seus interesses. Pois, além de sanar as deficiências/carências desse setor, também estaremos rompendo com os preconceitos e estigmas sociais que acometem nossa população na busca por igualdade de direitos.

### 3. A lacuna entre formação e atuação

Nos tópicos anteriores, vimos o triste cenário da educação básica no Brasil e constatamos a conseqüente desvalorização que ocorre aos profissionais que atuam nessa área. Nesse momento, vamos discutir as explicações para isso e lançar questões que podem apontar possíveis maneiras de se recuperar esses dois setores. A solução

<sup>5</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de trabalho e Rendimento, Pesquisa mensal de emprego-PME 2012, período de 2003- 2011. (Média das estimativas mensais)

inicialmente apresentada é a de se ajustar o preparo dado pelas universidades a esses professores, para que possam melhor intervir na educação e fazer mudar todo o estereótipo negativo que se coloca sobre ela. Em outros termos, propõem-se um fortalecimento do vínculo entre teoria e prática.

No caso do linguista, especificamente, que atuará como professor de língua e/ou auxiliará no preparo dos materiais pedagógicos, é necessário problematizar sua formação para uma intervenção significativa. Os primeiros passos já foram dados e os resultados parecem bem relevantes, com a introdução nos livros didáticos dos temas de variação linguística, da diversidade de falares, da importância do trabalho com diferentes gêneros textuais, dos apontamentos sobre fala e escrita, e com a instrumentalização do professor desses materiais, entre outras contribuições.

No entanto, há muito ainda que se construir, sobretudo, na capacitação dos professores para usarem esse material, para que não vejamos incoerências como a de se adotar a gramática normativa como única estratégia pedagógica, a de tratar o tema da variação num capítulo à parte, sem recuperá-la na discussão de outros pontos da matéria, a de misturar conceitos de gênero e tipos textuais, a de trabalhar sempre com o mesmo conjunto de gêneros consagrados, a de tratar a escrita como mera transcrição da fala, etc.

O que queremos dizer é que não pode haver um distanciamento entre quem elabora esses materiais e quem os utiliza. As descobertas e discussões científicas tem que ser conhecidas por ambos os grupos, e não só por quem os desenvolveu. É preciso, ainda, que o profissional final ajude na elaboração e reformulação deste material, já que ele, em seu contato direto com o aluno, pode avaliar o funcionamento do método. Além disso, é relevante que tal profissional esteja inserido nesse universo de teorias, pesquisas e descobertas e tenha o suporte necessário para também participar do processo de construção desse saber, a fim de que esteja habilitado para refazer e constantemente repensar sua prática pedagógica.

Essa transformação do professor de língua só é possível com a quebra do congelamento do ensino superior, do preconceito de que o ensino é um tema secundário face à pesquisa acadêmica, e de que a formação do pesquisador e do bacharel é uma tarefa mais honrosa do que o preparo de um professor. Inclui-se aqui também o fato de outros profissionais desempenharem a tarefa do magistério mesmo sem a devida

formação em licenciatura, o que faz parecer que essa formação seja desnecessária. É também preciso reacender o interesse dos linguistas em atuarem na educação básica, e não enxergarem isso como um desmerecimento à sua formação, sobretudo porque está com eles o potencial para promover a mudança que a educação tanto clama para si. Necessário se faz de igual modo que a linguística também esteja a serviço do ensino de língua, ao promover e incentivar estudos nessa área e ao preparar os estudantes do curso de letras para o exercício da docência e não somente para a pesquisa.

Lamentavelmente, quando analisamos a grade curricular dos cursos de letras, especificamente na oferta das disciplinas de Linguística, pouco encontramos sobre esse diálogo entre Linguística e ensino. É verdade também que a ciência é relativamente nova e que já iniciou essa empreitada, mas comparado os avanços que sofreu e a relevância que assume no meio científico, é urgente que se lance na tarefa de repensar a formação do professor.

Quem chama atenção para esse fato também é Salomão (1997), quando avalia o impacto da Linguística na formação dos professores. Segundo ela,

No que concerne à formação do "professor de primário", pode-se dizer que é 'nula a influência da linguística.

De um lado, este saber disciplinar está ausente da grade curricular tanto da Escola Normal como do Curso de Pedagogia; quando muito - uma vez que se trata de reconhecer a óbvia vinculação entre linguagem e educação- recorre-se a enquadres genéricos, típicos do trabalho de Piaget e de Vygotsky, que, por muito inspirador que se ofereça, pouco contribui para a formulação de propostas realmente operacionais do ensino da linguagem". (SALOMÃO, 1997, p.149)

[...]

O quadro de despreparação do professor de primário para o ensino da linguagem replica-se no caso do professor licenciado em Letras. (SALOMÃO, 1997, p.151)

Apesar dessas constatações, temos visto uma tentativa de diálogo entre as pesquisas atuais em Linguística e o magistério. No texto "PCN à luz do funcionalismo linguístico" (CESÁRIO & OLIVEIRA, 2007), as autoras evidenciam a grande influência dos pressupostos teóricos do funcionalismo no material que parametriza o ensino no Brasil. Notamos, com isso, que os meios que dão as diretrizes para a produção do saber nos ensinos fundamental e médio já têm tentado se alinhar às descobertas da linguística. Outros trabalhos também procuram oferecer contribuições de outras áreas da Linguística para se alcançarem os objetivos traçados por estes parâmetros, como é o

caso do artigo de Kenedy (2013) “Possíveis contribuições da Linguística gerativa à formação do professor de língua portuguesa”.

O diálogo tem sido travado ainda nos meios de certificação de saber, com a reformulação e mudança de perfil dos exames nacionais, como destaca Salomão (1997):

Às mudanças pleiteadas no “Programa de Português”- ou seja, à proposta conversão pedagógica do “ensino de conteúdos” em “ensino de habilidades”- corresponde movimento correlato na área da certificação do saber. Esta intervenção é patente na alteração dos programas de Concursos Vestibulares das melhores Universidades brasileiras, em processo desde meados da década de oitenta: diminuem (ou desaparecem) as questões dedicadas ao saber gramatical; amplia-se a frequência de questões centradas na capacidade de ler e escrever e refletir sobre a linguagem.

A mesma tendência verifica-se nas provas de avaliação aplicadas pelas Secretarias Estaduais de Educação a alunos de 1º e 2º graus das redes públicas, para aferir a qualidade do ensino.

Nesses dois casos, uma importante alteração se configura: “saber Português” não é mais “saber gramática” e sim “saber escrever”. (SALOMÃO, 1997, p.146)

Essa iniciativa da Linguística abre uma perspectiva de melhora para o quadro que apresentamos aqui, e nos permite enxergar que com pequenos passos muito se pôde fazer pela educação no Brasil. Nossa esperança é, portanto, buscar ainda mais intervenção da Linguística ao ensino.

#### **4. A superação do problema**

Ao longo de nossas discussões, fomos pontuando as possíveis ações que podem ser colocadas em prática no desafio da Linguística de formar profissionais mais capacitados para atuar no ensino básico.

Reforçamos aqui que essas tarefas incluem a introdução de mais disciplinas que promovam o diálogo entre Linguística e ensino no curso de graduação, a realização de projetos e pesquisas destinados ao aprimoramento do trabalho com língua em sala de aula, o debate sobre maneiras de aproximação entre teoria e prática na formação universitária, a superação dos preconceitos em relação ao magistério e a construção de propostas de reformulação do sistema educacional brasileiro tanto na educação básica quanto na formação dos professores que atuarão nesse setor.

## Considerações finais

Neste trabalho, realizamos discussões acerca da atuação do linguista no cenário educacional. Constatamos que esse profissional tem um grande potencial para atuar de modo positivo no ensino de língua portuguesa, reformulando conceitos, repensando práticas e promovendo um ensino diferenciado, voltado para o desenvolvimento da competência linguística dos educandos e para a superação dos baixos resultados das avaliações de português no nível nacional e internacional. Vimos, com isso, que a formação em Linguística no Brasil, sobretudo nos cursos de licenciatura, é de suma importância; porém precisa ser repensada para ter um alcance maior e mais significativo na área de educação.

Salientamos que esta não é uma tarefa tão simples e de responsabilidade apenas da Linguística. É preciso superar preconceitos, estigmas e barreiras sócio-políticas que se apresentam na educação. E para isso se faz necessário um trabalho conjunto com diversos setores da sociedade.

Destacamos também que a Linguística tem cumprido este papel, já provocando significativas modificações nos campos de produção de saber, como se verificam na última publicação dos PCNs (parâmetros curriculares nacionais), nos atuais livros didáticos aprovados pelo MEC e nos cursos de atualização de professores; além de ter motivado alterações também nos principais exames nacionais.

Apesar desses avanços, reforçamos a necessidade de se solidificar o diálogo entre teoria e prática na formação universitária brasileira, de modo que o professor saia da universidade com a segurança de aplicar o que foi apresentado e modificar o sistema pedagógico do Brasil, que urge por melhorias.

Por fim, enfatizamos a necessidade de uma formação sólida e eficiente em Linguística por todos aqueles que queiram trabalhar com linguagem, com o ensino de língua. Defendemos também a ampliação do escopo da linguística para além do meio científico-acadêmico, o seu acesso a diferentes profissionais, não só àqueles que fazem pesquisas na área, e o conseqüente impacto dessa ciência em todos os níveis educacionais brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gramática Pedagógica do Português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BECHARA, E. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 2000.
- BORTONI-RICARDO, S.M.. *A sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 10 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Portal Brasil. “Inep apresenta resultados da Prova Brasil 2015”. Brasília: Portal Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/inep-apresenta-resultados-da-prova-brasil-2015>> Acesso em 14 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília: INEP, 2016. <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em 14 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da educação. “Desempenho em leitura no Pisa ficou 80 pontos abaixo da média”. Brasília: MEC/INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=42761>> Acesso em: 07 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da educação. “Pisa e Education at a Glance revelam patamar da educação brasileira em relação a outros países”. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571?limitstart=0>> . Acesso em: 07 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da educação. “Resultado do Pisa de 2015 é tragédia para o futuro dos jovens brasileiros, afirma ministro”. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571?limitstart=0>> Acesso em: 07 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Censo da educação superior 2013: Resumo técnico- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em <[http://download.inep.gov.br/download/superior/cento/2013/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/cento/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf)> Acesso em: 07 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo escolar da educação básica 2016- Notas estatísticas. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/cento\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/cento_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)> Acesso em 16 fev. 2017.
- IBGE. Pesquisa mensal de emprego- PME 2012. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)> Acesso em: 08 fev. 2017.
- INAF Brasil 2011: *principais resultados*. Indicador Nacional de analfabetismo Funcional (Inaf). Instituto Paulo Montenegro, IBOPE Inteligente & Ação educativa: São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011\\_2012.aspx](http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx)> Acesso em: 07 fev. 2017
- KENEDY, E.. “Possíveis contribuições da Linguística Gerativa à formação do professor de língua portuguesa”. Rev. de Letras – N°. 32 - Vol. 1 - jan./jul. - 2013
- MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2005
- NEVES, M. H. M. *Que gramática estudar na escola?*- 2 ed.- São Paulo: Contexto, 2004

OLIVEIRA, M. & WILSON, V. “Linguística e Ensino”. In.: MARTELOTTA, Mário (org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

PERINI, M. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2000.

PLATÃO, CRÁTILO. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1988.

POSSENTI, S. “Por que (não) ensinar gramática”. In: PEREIRA, Maria Tereza (org.). *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro, UERJ, p.108-128, 1997.

RIOS DE OLIVEIRA, M & CESÁRIO, M.M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. Pelotas: *Linguagem e ensino*, 2007.

SALOMÃO, M. “Linguística e Ensino de Português: variações sobre um tema recorrente”. In: PEREIRA, Maria Tereza (org.). *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro, UERJ, p. 18-158, 1997.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. São Paulo, Cultrix, [s/d].

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação - Uma proposta para o ensino de gramática*- 14. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Quezia S.L. A atuação do linguista no cenário educacional: representando a formação do linguista nas universidades brasileiras, *Linguística Rio*, vol.3, n.1, maio de 2017

Enviado: 19 de fevereiro de 2017  
Aceito: 17 de março de 2017  
Online: 02 de junho de 2017

ISSN: 2358-6826

